

DATA DA CONCESSÃO: 12/10/2021

PERÍODO DE APLICAÇÃO: 12/10 a 10/12/2021

PERÍODO DE PRESTAÇÃO CONTAS: até 10/12/2021*

*conforme processo de encerramento de exercício 2021 (21.0.000095307-2)

CONSIDERANDO os poderes delegados pela Presidência do TJPI através da Portaria nº 1.831/2016, **AUTORIZO** a concessão do Suprimento de Fundos acima descritos. Fica o Suprido sujeito ao cumprimento da legislação aplicável à concessão de Suprimento de Fundos, em especial aos dispositivos que regulam sua finalidade e prazos de utilização e de prestação de contas.

PAULO SILVIO MOURÃO VERAS

Secretário Geral do TJPI

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Silvio Mourão Veras, Secretário(a) Geral**, em 12/10/2021, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

4.16. Ato Concessório Nº 199/2021 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SOF/CEORC

Em 12 de Outubro de 2021.

PROPONENTE: Dr. Antonio Genival Pereira de Sousa - Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Jaicós.

SUPRIDO: KALINE SOUSA CARVALHO - Oficial de Gabinete

JUSTIFICATIVA: Concessão para atender as despesas de pequeno vulto, dentro dos limites estabelecidos na Portaria GP nº 481/2011 e demais legislação pertinente, para utilização na aquisição de serviços de competência da **Vara Única da Comarca de Jaicós**.

FUNDAMENTOS LEGAIS: Lei nº 4.320/64, Decreto-Lei nº 200/67, Decreto Estadual nº 11.758/05, Portaria GP nº 481/2011.

NATUREZA DA DESPESA VALOR CONCEDIDO

339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica **R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)**

PROCESSO Nº 21.0.000097929-2

EMPENHO: 2021NE02513 (2767317)

DATA DA CONCESSÃO: 12/10/2021

PERÍODO DE APLICAÇÃO: 12/10 a 10/12/2021

PERÍODO DE PRESTAÇÃO CONTAS: Até 10/12/2021*

*conforme processo de encerramento de exercício 2021 (21.0.000095307-2)

CONSIDERANDO os poderes delegados pela Presidência do TJPI através da Portaria nº 1.831/2016, **AUTORIZO** a concessão do Suprimento de Fundos acima descritos. Fica o Suprido sujeito ao cumprimento da legislação aplicável à concessão de Suprimento de Fundos, em especial aos dispositivos que regulam sua finalidade e prazos de utilização e de prestação de contas.

PAULO SILVIO MOURÃO VERAS

Secretário Geral do TJPI

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Silvio Mourão Veras, Secretário(a) Geral**, em 12/10/2021, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

5. GESTÃO DE CONTRATOS

5.1. EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ATO/ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 076/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 21.0.000091763-7

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CNPJ/CONTRATANTE: 06.981.344/0001-05

EMPRESA/CONTRATADA: ALMEIDA REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAL ESCOLAR E ALIMENTOS LTDA

CNPJ/CONTRATADA: 02.488.226/0001-09

OBJETO/RESUMO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de entrega do objeto do Contrato nº 076/2021.

PRORROGAÇÃO: Pelo presente Termo, fica prorrogado, **por 30 (trinta) dias**, a contar da publicação deste termo, o **prazo de entrega do objeto do Contrato nº 076/2021**, qual seja: grampeador - capacidade 25 fl, tamanho grampos 24/6 e 26/6 - 14,5 cm - Alicata - marca JOCAR OFFICE.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo encontra amparo legal nos arts. 57, § 1º, II e V, e art. 65, I, "a", da Lei n.º 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 12/10/2021

ASSINATURAS:

Documento assinado eletronicamente por José Ribamar Oliveira, Presidente

Documento assinado eletronicamente por Antonio Francisco de Sena Almeida.

5.2. EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ATO/ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 21.0.000055101-2

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CNPJ/CONTRATANTE: 06.981.344/0001-05

EMPRESA/CONTRATADA: TEIXEIRA E LEITE LTDA

CNPJ/CONTRATADA: 00.557.774/0001-18

OBJETO/RESUMO: O presente aditivo tem por objeto a alteração quantitativa do Contrato n. 022/2021.

ACRÉSCIMO: 2.1. Pelo presente termo aditivo, fica acrescido **1.125 unidades (mil cento e vinte e cinco)** à quantidade original do Contrato n. 022/2021, sendo: **900** unidades destinadas ao 1º (primeiro) grau de jurisdição; **225** unidades destinadas ao 2º (segundo) grau de jurisdição; Os efeitos financeiros decorrentes do acréscimo vigoram a partir da publicação do extrato do Termo Aditivo no Diário de Justiça. O acréscimo correspondente a aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do item 1 do Contrato;

VALOR DO TERMO ADITIVO: O valor total deste termo aditivo, para cobrir as despesas relativas ao acréscimo é de **R\$ 3.712,50 (três mil setecentos e doze reais e cinquenta centavos)**, sendo dividido em: **R\$ 2.970,00 (dois mil novecentos e setenta reais)**, destinados às despesas do 1º (primeiro) grau de jurisdição; **R\$ 742,50 (setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)**, destinados às despesas do 2º (segundo) grau de jurisdição; O valor total do Contrato passará a ser o de **R\$ 18.562,50 (dezoito mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, sendo: **R\$ 14.850,00 (quatorze mil oitocentos e cinquenta reais)** destinados ao 1º (primeiro) grau de jurisdição; e **R\$ 3.712,50 (três mil setecentos e doze reais e cinquenta centavos)**, destinados ao 2º (segundo) grau de jurisdição. Os efeitos da presente alteração dar-se-ão após a publicação deste Instrumento.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS: Para o Presente termo, atesta-se a disponibilidade orçamentária, conforme tabela:

Unidade Orçamentária: Natureza da Despesa: Fonte:	040101 - Tribunal de Justiça 339030 - Material de Consumo 118 - Recursos do Tesouro Estadual
Projeto/Atividade: Classificação Funcional: Valor reservado:	2864 - Custeio das Unidades Administrativas e Judiciárias - 1º Grau 02.061.0015.2864 R\$ 2.970,00 (2021NR00353)
Projeto/Atividade: Classificação Funcional: Valor reservado:	2865 - Custeio das Unidades Administrativas e Judiciárias - 2º Grau 02.061.0015.2865 R\$ 742,50 (2021NR00354)

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo encontra amparo legal no art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 11/10/2021

ASSINATURAS:

Documento assinado eletronicamente por José Ribamar Oliveira, Presidente

Documento assinado eletronicamente por EDIVALDO LEITE DE ARAUJO.

5.3. EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ATO/ESPÉCIE: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 21.0.000065883-6

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CNPJ/CONTRATANTE: 06.981.334/0001-05

EMPRESA/CONTRATADA: GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAIS EIRELI EPP

CNPJ/CONTRATADA: 18.876.112/0001-76

OBJETO/RESUMO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, bem como resguardar o direito ao reajuste do valor contratual, cujo objeto cinge-se à prestação de serviços de publicação de avisos de licitações.

PRORROGAÇÃO: Pelo presente Termo, fica a vigência do Contrato prorrogada por **mais 12 (doze) meses**, tendo por termo inicial **18.10.2021** e final **18.10.2022**.

REAJUSTE: O Contrato passará a adotar o **INP-C** como índice padrão de reajuste. Fica resguardado o direito do Contratado ao reajuste referente ao período **2020/2021**, com efeitos a partir **2022**, a ser definido em momento posterior e oportuno quando da aquisição do período aquisitivo, com base no índice e interstício apontados no Contrato, mais especificamente na **CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES**. O reajuste futuramente concedido obedecerá, no que aplicável, ao Provimento Nº 31/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER, em virtude da Decisão Nº 2446/2021 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER.

VALOR: O valor deste Termo Aditivo permanecerá o de **R\$ 38.915,42 (trinta e oito mil novecentos e quinze reais e quarenta e dois centavos)** para um total de 200 (duzentas) unidades, até que se autorize a formalização do reajuste. O valor unitário perfaz o montante de R\$ 194,57 (cento e noventa e quatro reais e cinquenta e sete centavos). **Os efeitos financeiros surtirão efeito quando do início do novo período de vigência contratual.**

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: Os recursos para atender as despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta da Unidade Orçamentária: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí - TJ/PI nos seguintes termos:

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 125/2017	
Unidade Orçamentária: Natureza da Despesa: Fonte:	040101 - Tribunal de Justiça 339039 - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 118 - Recursos do Tesouro Estadual
Projeto/Atividade: Classificação Funcional: Valor Reservado:	2865 - Custeio das Unidades Administrativas e Judiciárias - 2º Grau 02.061.0015.2865 R\$ 38.915,42(2021NR00983)

FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo encontra amparo legal no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 04/10/2021

ASSINATURAS:

Documento assinado eletronicamente por **José Ribamar Oliveira, Presidente**

Documento assinado eletronicamente por **Keli Alessandra Bandetini**.

6. PAUTA DE JULGAMENTO

6.1. PAUTA DE JULGAMENTO - PLENÁRIO VIRTUAL - 4ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 22/10/2021 A 29/10/2021

PAUTA DE JULGAMENTO

4ª Câmara de Direito Público

A **Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí** torna pública a relação dos processos que serão apreciados em Sessão Ordinária do **Plenário Virtual** da **4ª Câmara de Direito Público**, a ser realizada do dia **22 de outubro de 2021**, a partir das **10h**, até o dia **29 de outubro de 2021**, finalizando às **09h**. Os processos adiados ficam automaticamente incluídos na próxima pauta, independentemente de nova publicação.

INFORMAÇÕES GERAIS: Conforme determina a Resolução Nº 180/2020, de 10 de julho de 2020, que alterou os artigos 203-D e 203-E do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Piauí, o Advogado, Defensoria Pública, Ministério Público, Procurador do Órgão Público e demais habilitados nos autos, que desejar realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL** nas **SESSÕES VIRTUAIS** do TJPI, deverá fazê-la por meio de **JUNTADA** da respectiva sustentação no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe do 2º Grau após a publicação da pauta e até a abertura da respectiva sessão;

- O arquivo deverá ser anexado no processo em que deseja realizar a manifestação utilizando o tipo de documento "**SUSTENTAÇÃO ORAL - VÍDEO**", observando o formato AVI ou MP4, com tamanho máximo de 100mb;

- Recomenda-se que o vídeo seja gravado com padrão de qualidade de 240p (320x240) - **BAIXA RESOLUÇÃO**;

- Em caso de dúvidas, abrir um chamado via GLPI na página do Tribunal de Justiça do Piauí.